



APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES (ITENS FRACASSADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025)**.

O OBJETIVO PRINCIPAL é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 A presente demanda tem como objetivo fundamentar a necessidade de nova contratação para aquisição e recarga de extintores de incêndio destinada a todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Jucurutu. O objeto já havia sido anteriormente submetido ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 013/2025, Processo Administrativo MJ/RN nº 13110002/2024, cujo resultado foi fracassado, uma vez que a única empresa participante não apresentou a garantia de proposta, requisito obrigatório previsto no edital e na legislação aplicável. Diante disso, o certame restou inviabilizado e não foi possível atender às demandas operacionais e de segurança das unidades administrativas.

1.2 Devido ao tempo decorrido desde a tentativa licitatória anterior e considerando que muitas unidades apresentaram alterações em suas necessidades operacionais, determinou-se a realização de novo levantamento individualizado pelas secretarias municipais. Cada órgão atualizou sua demanda de acordo com o estado atual de seus equipamentos, verificando validade, danos, necessidades de substituição e adequações às normas técnicas vigentes, especialmente as normas do Corpo de Bombeiros e da ABNT.

1.3 Além disso, como medida de segurança administrativa e considerando a possibilidade de variação na demanda final durante a execução contratual, optou-se pela inclusão de margem técnica de 20% no quantitativo total consolidado. Essa margem visa evitar insuficiências futuras, permitindo cobertura adequada para reposição emergencial, correções de inventário, substituição de unidades danificadas e atendimento às unidades que eventualmente não constavam em levantamentos anteriores ou que ampliaram suas atividades.

1.4 Portanto, a contratação ora formalizada justifica-se pela necessidade de garantir a segurança física de servidores, usuários e do patrimônio público em todas as unidades administrativas, educacionais, de saúde, assistência social, esportivas e demais repartições municipais, assegurando também total conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis. Trata-se de medida preventiva essencial para assegurar ambientes adequados, protegidos e plenamente funcionais, assegurando continuidade dos serviços públicos e mitigação de riscos.

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 O objeto estudado não está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento encontrar-se em processo de estudos para a devida implantação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração, com base no que preconiza a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



- 3.1** Não é admitida a subcontratação do objeto.
3.2 **Haverá** exigência de garantia de proposta e garantia de contrato.
3.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços é 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, **com renovação do quantitativo de todos os seus itens**, nos termos do artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto Municipal nº 1.418/2024.

3.4 CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

3.4.1 O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de **QUALIDADE** e **SEGURANÇA**, consoante as condições constantes no Termo de Referência e consoante as normas regulamentares do INMETRO e ABNT, em especial está em conformidade com a **ABNT NBR 12693**, garantindo adequação às classes de incêndio A, B, C e K e também em conformidade com a **ABNT NBR 12962**, que regula serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio e demais normas regulamentares que se aplicarem.

3.4.2 Os extintores devem apresentar o Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro.

3.5 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 3.5.1** Recomenda-se que seja observado, os seguintes critérios de sustentabilidade:
3.5.2 Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.
3.5.3 Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3.5.4 Não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
3.5.5 Não descartar produtos químicos em local inapropriado.
3.5.6 Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.
3.5.7 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 3.6** Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.

4 - ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras
RESPONSÁVEL	João Marcos de Medeiros Brito

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 5.1** A estimativa consolidada de quantidades é fundamentada nos levantamentos individuais encaminhados por cada Secretaria Municipal, cujas necessidades foram listadas em caráter específico e posteriormente reunificadas neste documento pela Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
5.2 Diante do exposto, segue a demanda estimada pelos setores competente:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
-------------	----------------------	-------------	------------



1	ABASTECIMENTO DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE ABC COM CAPACIDADE DE 4 KG	Und	89
2	ABASTECIMENTO DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE ABC COM CAPACIDADE DE 6 KG	Und	106
3	ABASTECIMENTO DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE BC COM CAPACIDADE DE 4 KG	Und	80
4	ABASTECIMENTO DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE BC COM CAPACIDADE DE 6 KG	Und	77
5	ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE A COM CAPACIDADE DE 10 KG	Und	80
6	ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE A COM CAPACIDADE DE 20 KG	Und	74
7	ABASTECIMENTO DE GÁS CARBÔNICO (CO2) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE BC COM CAPACIDADE DE 2 KG	Und	78
8	ABASTECIMENTO DE GÁS CARBÔNICO (CO2) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE BC COM CAPACIDADE DE 4 KG	Und	78
9	ABASTECIMENTO DE SOLUÇÃO ESPECIAL DE ACETATO DE POTÁSSIO (QUÍMICO ÚMIDO) PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE K COM CAPACIDADE DE 6 KG	Und	74
10	EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CLASSE ABC E CAPACIDADE DE 4 KG	Und	80
11	EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CLASSE BC E CAPACIDADE DE 4 KG	Und	54
12	EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE GÁS CARBÔNICO (CO2), CLASSE BC E CAPACIDADE DE 4 KG	Und	54
13	EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O), CLASSE A E CAPACIDADE DE 10 KG	Und	55
14	EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA (H2O), CLASSE A E CAPACIDADE DE 20 KG	Und	49
15	EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE SOLUÇÃO ESPECIAL DE ACETATO DE POTÁSSIO (QUÍMICO ÚMIDO), CLASSE K E CAPACIDADE DE 6 KG	Und	47

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Foram analisadas aquisições semelhantes feitas por outros órgãos do Poder Público, por meio de consultas a outros editais, visando identificar novas metodologias, tecnologias e inovações contratuais que melhor atendessem às necessidades expostas neste Estudo Técnico Preliminar.



6.2 Das consultas em outros Editais, foram encontradas as seguintes soluções:

Solução A: aquisição e recarga de equipamentos extintores de incêndio.

6.3 Da avaliação da solução possível:

D) A “**Solução A**” Se mostra a única solução viável para a devida efetivação da contratação para suprir demanda específica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público. Uma vez que a aquisição de extintores é essencial para garantir meios de combate a princípios de incêndio nos prédios públicos do município. Sendo também de igual importância os abastecimentos deles, providenciando que sempre estejam prontos para o uso. Sendo o molde atual o mais eficiente e eficaz no atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde até o momento, sendo passível de análise quanto a utilizar outra solução mais vantajosa à Administração Pública no mercado.

7 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Orçamento sigiloso.

8 - JUSTIFICATIVA PARA ORÇAMENTO SIGILOSOS

8.1 Em consonância com o art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso:

“Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;

8.2 Objetiva-se a consecução de preços compatíveis com os praticados no Mercado à época da licitação, uma vez que os licitantes não terão o valor máximo a ser aceito pela Administração, levando-os a cotarem preços que executam junto ao mercado privado diante da com o sigilo dos preços de referência.

8.3 E esta é a posição de muitos doutrinadores, onde destacamos: Zymler e Dios (2014, p. 117):

“A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento



efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente”

(...)

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame”.

8.4 Ainda, o portal Zenite (O orçamento será sigiloso na nova Lei de Licitações? | Blog da Zênite (zenite.blog.br)) assim se posicionou:

“Essa orientação encontra amparo no inciso XI do art. 18 da nova Lei, o qual prevê que a fase preparatória do processo licitatório deverá compreender, dentre outras informações, “a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei”.

Optando por manter em sigilo o valor orçado da contratação, conforme dispõe o inciso I do art. 24 em comento, “o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo”.

8.5 No mesmo sentido, o portal Sollicita em O Orçamento sigiloso (sollicita.com.br) :

De fato, a depender do mercado, caso o orçamento estimado da contratação seja publicado, podemos ter o chamado efeito âncora, onde os licitantes elevam seus preços propostos para se aproximar do valor de referência da Administração, ainda que seu produto valha bem menos, tendo uma margem maior para a etapa de lances, reduzindo assim o poder de barganha da Administração.

O que não se pode negar é que, nas relações privadas, não há uma divulgação clara e transparente, de quanto se deseja pagar por um determinado produto, obra ou serviço, e isso acontece porque é público e notório que se, um determinado prestador de serviço, por exemplo, sabe quanto o seu cliente estaria disposto a pagar pelo seu serviço, mesmo que o valor fosse abaixo do esperado, o prestador aumentaria seu valor e cobraria o valor ao qual o cliente estaria disposto a pagar. Que crime há nisso? Nenhum, trata-se de uma



relação comercial, onde em determinado momento o lucro pode ser maior, ou não.

8.6 Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da segurança pela Administração na escolha da licitante que apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

8.7 Desta forma e por todo justificado anteriormente, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas na fase de negociação junto ao arrematante, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo e Unidade.

9 - JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

9.1 A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

9.2 Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o **Decreto Municipal nº 1.418/2024**, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 9º Para fins de registro de preços, a Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito (08) dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

(...)

§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando a Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN (Gabinete do Prefeito, secretarias e fundos municipais) for a única contratante.

9.3 Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

9.4 No processo em tela, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude de inexistirem, no **Município de Jucurutu/ RN**, órgãos públicos com autonomia administrativa para realizar procedimentos licitatórios para contratação e aquisição de bens e serviços a serem executados e fornecidos no seu limite territorial, além da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP.

10 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1 Conforme o elencado nos itens 6.2 e 6.3 deste ETP, a solução possível é uma **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aquisição e recarga**



de extintores (itens fracassados do pregão eletrônico nº 013/2025) que deverá ser realizado por meio de **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, com **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos dos artigos: 6º, incisos XLI e XLV; 17, § 2; art. 33, inciso I; e art. 34, todos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

***XLI** - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

(...)

***XLV** - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;”*

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

***I** - menor preço;”*

“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”

10.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços propicia maior conveniência na operacionalização, permitindo a execução dos serviços durante o prazo que durar a ata, estabelecendo um valor pré-fixado, permitindo o planejamento das atividades, economicidade, eficácia e contribuindo para a otimização dos recursos públicos, uma vez que as compras podem ser realizadas de forma parcelada conforme a real necessidade, evitando o superávit de estoques desnecessários, reduzindo custos de armazenamento.

10.3 Os itens a serem contratados se enquadram na classificação de **bens comuns**, conforme previsão do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2024 e do art. 2º, II do Decreto Municipal nº 1.411/2024:

Lei nº 14.133/2024

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)



XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”

Decreto Municipal nº 1.411/2024

“Art. 2º - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda”;

11 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

11.1 O objeto pode ser facilmente parcelado, podendo ser adjudicado a uma ou a várias empresas, por item, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, sendo o melhor meio de aproveitar os recursos disponíveis no mercado, ampliar a competitividade e gerar economia para a administração pública, não representando perda de economia de escala e proporcionando a melhor operacionalização.

11.2 O parcelamento do fornecimento proposto nesse Estudo Técnico Preliminar se justifica tendo em vista que permitirá melhor planejamento financeiro, possibilitando obter maior flexibilidade e mais eficiência para a Administração Pública.

11.3 Ao realizar a referida aquisição de forma parcelada, podemos equilibrar os gastos ao longo do tempo, evitando impactos significativos no orçamento e garantindo a disponibilidade de recursos, contribuindo para um uso mais eficaz dos recursos disponíveis, sem comprometer a qualidade dos produtos adquiridos. Permitindo também maior flexibilidade à Administração ao propiciar uma contratação mais adaptável às variações de demandas sem comprometer a competitividade entre os fornecedores.

12 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 A partir da realização do Pregão Eletrônico, pretende-se suprir a necessidade de possuir extintores de incêndio em pleno funcionamento para garantir a segurança dos usuários das edificações públicas desta Municipalidade, fundamentada em diversos aspectos legais e regulamentares que visam assegurar a segurança dos servidores, usuários e a preservação do patrimônio público. É uma medida proativa para minimizar os riscos de incêndio e atuar de forma eficiente em caso de emergência.

12.2 Almeja-se, igualmente, assegurar o princípio de isonomia entre os licitantes, bem como a justa competição, incentivando a competitividade, evitando-se assim contratações com sobrepreço ou com preços manifestadamente inexequíveis e atuando para coibir o superfaturamento na execução dos contratos.

12.3 Dessa forma, visualizamos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

13 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

13.1 O objeto da presente licitação pretendida não haverá a necessidade de providências prévias a serem adotadas no âmbito da Administração do município de Jucurutu de acordo com os aspectos apresentados.

14 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

14.1 Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.



15 - IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1 Deve-se proceder ao uso responsável do equipamento adquirido, almejando o objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

16 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1 Diante de toda a análise desenvolvida neste Estudo Técnico Preliminar, devido à necessidade do objeto pretendido e justificativas da unidade demandante, não se vislumbra elementos contrários à solução proposta, logo a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL, e necessária.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pelo servidor municipal **Clenilson Bezerra da Silva**.